

# Uberização, trabalho digital e indústria 4.0

RICARDO ANTUNES (ORG.)

São Paulo: Boitempo, 2020. 333p.

*Felipe Moda\**

O livro *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*, organizado por Ricardo Antunes, consiste em um projeto coletivo de análise teórico-empírica das consequências do desenvolvimento tecnológico, em especial da chamada Indústria 4.0, sobre as relações produtivas e trabalhistas, debate que historicamente foi tema de importantes divergências na Sociologia do Trabalho. Por um lado, autores como André Gorz defendem a tese que o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pelo capital pode implodir o seu processo de autovalorização. Por outro, leituras como a de Harry Braverman argumentam que o desenvolvimento tecnológico tem como tendência a degradação do trabalho. O livro aqui resenhado é uma atualização deste debate, trazendo-o para compreender as transformações societárias contemporâneas.

O marco geral desta análise é dado no primeiro capítulo, de Ricardo Antunes. Nele, o autor defende que as empresas flexíveis, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob o comando do capital financeiro, estão impondo um cenário destrutivo sobre o trabalho, caracterizado pelas diversas formas de emprego intermitente que potencializam a criação de um exército global de subempregados e desempregados. Antunes também destaca que, apesar da nomenclatura “flexível”,

---

\* Doutorando em Ciências Sociais na EFLCH-Unifesp. E-mail: felipe.bruner@gmail.com

a aplicação de novos computadores, robôs e plataformas nos processos de trabalho estão aumentando a capacidade do capital em controlar o trabalho.

O tema do controle sobre o trabalho é aprofundado por Jamie Woodcock, que demonstra como nos trabalhos mediados por aplicativos os cálculos algorítmicos estão servindo para automatizar os processos gerenciais e criar o “panóptico algorítmico”, uma atualização do controle de tempos e movimentos do taylorismo. Tal forma de controle é acompanhada por outras medidas de aumento da produtividade dos trabalhadores, como a adoção do assalariamento por peça. Devido ao aumento da capacidade de vigilância, as empresas que utilizam plataformas digitais passam a submeter milhares de trabalhadores ao redor do mundo, criando, como demonstra Mark Graham e Mohammad Anwar, uma superoferta de força de trabalho submetida a condições de trabalho rebaixadas.

Ricardo Antunes e Vítor Filgueiras apontam como as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permitem a criação de práticas gerenciais que aparentemente possibilitam maior liberdade para os trabalhadores, mas que, na verdade, mascaram as relações de subordinação. Para Antunes e Filgueiras, as novas TICs tornam a efetivação dos direitos trabalhistas mais fáceis, pois possibilitam identificar todas as atividades realizadas pelos trabalhadores, indo na contramão das teorias que postulam a dificuldade em garantir direitos para os trabalhadores intermitentes.

A preocupação com a efetivação dos direitos é o tema do texto da Clarissa Schinestsek, com a autora defendendo que o direito ambiental do trabalho pode ser um importante campo de disputa jurídica, ao lado do direito do trabalho, para a criação de melhores condições de trabalho em plataformas digitais.

Os textos escritos por Rafael Grohmann e Ludmila Abílio buscam nomenclaturas mais detidas para compreendermos os trabalhos por plataformas digitais. Grohmann defende a utilização do conceito de “plataformização do trabalho”, argumentando que ele permite nomear a multiplicidade existente de trabalhos mediados por plataformas. Tais trabalhos são marcados pelo imbricamento da financeirização, da dataficação e da totalização da racionalidade neoliberal, e o produto é o trabalho precário e a redução da autonomia do trabalhador. Por sua vez, Abílio utiliza o conceito de “uberização” que descreve como uma nova forma de organização, controle e gerenciamento do trabalho, tendo por consequência a redução do trabalhador a um trabalhador *just in time*. Para a autora, a uberização é uma generalização das características estruturantes da vida dos trabalhadores das periferias, tendo como novidade a subsunção ao capital deste modo de vida.

Marco Gonsales e Iuri Tonelo defendem que a crise econômica de 2008 engendrou uma nova reestruturação produtiva no interior do capitalismo. Para Gonsales, tal reestruturação tem como foco o advento da Indústria 4.0, que representaria um salto de qualidade na capacidade de organização do trabalho. Já para Tonelo, este processo é conformado por três elementos: 1) os planos de austeridade aplicados pelos governos; 2) a incorporação massiva da força de trabalho imigrante; e 3) o uso de novas TICs para controlar a força de trabalho, características que aprofundam a exploração neoliberal.

Ricardo Festi faz um resgate histórico das análises existentes sobre o tema da automação do trabalho e suas consequências sobre a classe trabalhadora. Segundo Festi, teóricos divergiriam sobre esta relação, com leituras defendendo que o desenvolvimento tecnológico poderia nos levar ao fim da lei do valor ou, em visão oposta, teria como consequência a precarização das relações trabalhistas. O autor corrobora esta segunda tese ao argumentar que a Quarta Revolução Industrial produz um curso catastrófico para o trabalho.

Vitor Filgueiras e Sávio Cavalcante demonstram, em um dos capítulos, como a tese do “Adeus à classe trabalhadora” é novamente mobilizada atualmente; trata-se, para os autores, de um movimento inconsistente, pois o trabalho assalariado segue crescendo. Para chegar a esta conclusão, os autores defendem duas premissas analíticas: não tomarmos como certo os nomes que as empresas declaram em seus contratos de trabalho e não confundirmos a maneira como o Estado regula o trabalho com o conteúdo das relações efetivamente estabelecidas.

As relações de trabalho são tematizadas em vários artigos do livro. Estas análises são precedidas por um texto de Ricardo Antunes e Luci Praun que situam como a contrarreforma trabalhista serviu, em conjunto com o desenvolvimento tecnológico, para aprofundar o projeto neoliberal e aumentar a insegurança jurídica dos trabalhadores. É por essa chave analítica que autores descrevem os impactos das TICs em diversas categorias profissionais ou ramos industriais, como na indústria automotiva (Geraldo Pinto), no trabalho dos professores (Fabiane Previtali e Cílon Fagiani), dos bancários (Arnaldo Nogueira), no telemarketing (Claudia Nogueira) e nos supermercados (Patrícia Lemos). Estes autores concluem que o desenvolvimento tecnológico está intensificando os processos de trabalho, diminuindo a autonomia dos trabalhadores e barateando a força de trabalho.

O último tema do livro são as resistências dos trabalhadores. Thiago Aguiar descreve as estratégias sobre as relações de trabalho e sindicais adotadas pela empresa mineradora Vale em seu processo de transnacionalização, análise feita a partir de uma greve realizada por trabalhadores canadenses em uma das plantas e que foi derrotada de maneira bastante agressiva pela empresa.

Isabel Roque demonstra, a partir de Portugal, como os trabalhadores com contratos intermitentes estão construindo novas formas de mobilização, aliando características dos protestos por democracia participativa, como os movimentos *occupy*, com o ciberativismo, com a tecnologia tendo papel central para convocar as manifestações. Como exemplo deste processo temos a criação do Sindicato dos Trabalhadores de Call Centers, responsável por realizar diversas mobilizações com os trabalhadores do setor.

Concluo esta resenha afirmando que o livro cumpre, de maneira bastante satisfatória, o objetivo de analisar os impactos dos recentes avanços tecnológicos nos processos e nas relações de trabalho. O livro é um convite, bastante estimulante, para que outros pesquisadores complementem e aprofundem os estudos ali relatados com pesquisas sobre outros ramos industriais e outras formas de resistências dos trabalhadores.